



## **Pan Consórcio**

### **Demonstrações Financeiras – 1º Semestre de 2016**

01 de agosto de 2016



**PanAmericano Administradora de Consórcio Ltda.  
Relatório da Administração – 1S16**

01 de Agosto de 2016

## SENHORES COTISTAS

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as informações semestrais relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2016, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

## CENÁRIO ATUAL

A Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. (“Pan Consórcio” ou “Administradora”) é uma empresa controlada pelo Banco Pan S.A. (“Banco”), que detém 99,99% de seu capital total. A Pan Consórcio é uma empresa de capital fechado e tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente automóveis e imóveis, por meio de autofinanciamento.

## DESEMPENHO FINANCEIRO

No 1º semestre de 2016, a receita de prestação de serviços foi de R\$ 15 milhões, 6% maior em relação ao 2º semestre do ano anterior. O resultado bruto da Pan Consórcio foi de R\$ 1 milhão no 1º semestre de 2016, estável em relação ao resultado bruto no 2º semestre de 2015.

A Pan Consórcio apresentou, no 1º semestre de 2016, um resultado líquido negativo de R\$ 3.645 mil, comparável a um resultado líquido positivo de R\$ 236 mil no 2º semestre de 2015. O patrimônio líquido em 30 de junho de 2016 atingiu R\$ 13 milhões.

## AUDITORES INDEPENDENTES

As informações financeiras da Administradora passaram a ser auditadas, a partir do primeiro trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PWC”), em substituição à Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, no primeiro semestre de 2016 a Pan Consórcio não contratou e nem teve serviços prestados pela PWC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios da Administradora, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 01 de agosto de 2016.



**PANAMERICANO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Em milhares de reais - R\$)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>30/06/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>30/06/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>2.931</b>	<b>8.877</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>6.112</b>	<b>7.960</b>
Disponibilidades		32	17	Outras obrigações		6.112	7.960
Outros créditos		2.888	8.856	Obrigações com grupos de consórcio	6.c	4.458	5.982
Diversos	5.b	2.888	8.856	Fiscais e previdenciárias	6.a	411	844
Outros valores e bens		11	4	Diversas	6.b	1.243	1.134
Despesas antecipadas		11	4				
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>23.105</b>	<b>27.648</b>	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>7.068</b>	<b>12.077</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez		4.667	-	Outras obrigações		7.068	12.077
Posição bancada	4	4.667	-	Obrigações com grupos de consórcio	6.c	886	1.444
Títulos e valores mobiliários		2.818	14.091	Diversas	6.b	6.182	10.633
Carteira própria	4	2.818	14.091				
Outros créditos		15.620	13.557	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>12.928</b>	<b>16.573</b>
Créditos específicos	5.a	886	1.444	Capital social	8.a	12.388	12.388
Diversos	5.b	14.734	12.113	De domiciliados no País		12.388	12.388
<b>PERMANENTE</b>		<b>72</b>	<b>85</b>	Reserva de lucros		4.185	4.185
Imobilizado de uso	18.a	8	5	Prejuízos acumulados		(3.645)	-
Outras imobilizações de uso		38	28				
(-) Depreciações acumuladas		(30)	(23)	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>26.108</b>	<b>36.610</b>
Intangível	18.b	64	80				
Ativos intangíveis		613	613				
(-) Amortizações acumuladas		(549)	(533)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>26.108</b>	<b>36.610</b>				

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



**PANAMERICANO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

**PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido/prejuízo por cota)

	<b>Nota explicativa</b>	<b><u>1º semestre 2016</u></b>	<b><u>2º semestre 2015</u></b>
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b><u>893</u></b>	<b><u>1.029</u></b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		893	1.029
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b><u>893</u></b>	<b><u>1.029</u></b>
<b>OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b><u>(6.396)</u></b>	<b><u>(761)</u></b>
Receitas de prestação de serviços	9	14.788	13.946
Despesas com pessoal	10	(2.302)	(2.742)
Outras despesas administrativas	11	(19.301)	(9.658)
Despesas tributárias	12	(1.708)	(1.927)
Outras receitas operacionais	13.a	4.541	1.496
Outras despesas operacionais	13.b	(2.414)	(1.876)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b><u>(5.503)</u></b>	<b><u>268</u></b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		<b>-</b>	<b><u>108</u></b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O PREJUÍZO/LUCRO</b>		<b><u>(5.503)</u></b>	<b><u>376</u></b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>14.a</b>	<b><u>1.858</u></b>	<b><u>(140)</u></b>
Ativo fiscal diferido		1.858	(140)
<b>PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO</b>		<b><u>(3.645)</u></b>	<b><u>236</u></b>
<b>PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO POR COTA - EM R\$</b>		<b><u>(0,26)</u></b>	<b><u>0,02</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



**PANAMERICANO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Prejuízo/ lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reservas especiais de lucros		
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015</b>	<b>12.388</b>	<b>1</b>	<b>349</b>	<b>4.347</b>	<b>(747)</b>	<b>16.338</b>
Lucro líquido	-	-	-	-	236	236
Absorção de prejuízos	-	-	-	(511)	511	-
Reserva de capital	-	(1)	-	-	-	(1)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>12.388</b>	<b>-</b>	<b>349</b>	<b>3.836</b>	<b>-</b>	<b>16.573</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>12.388</b>	<b>-</b>	<b>349</b>	<b>3.836</b>	<b>-</b>	<b>16.573</b>
Prejuízo	-	-	-	-	(3.645)	(3.645)
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016</b>	<b>12.388</b>	<b>-</b>	<b>349</b>	<b>3.836</b>	<b>(3.645)</b>	<b>12.928</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



**PANAMERICANO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

**PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>1º semestre</u>	<u>2º semestre</u>
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
<b>PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO</b>	<u>(3.645)</u>	<u>236</u>
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:		
Depreciações e amortizações	23	34
Reversão/Constituição de provisão para contingências	(2.856)	1.414
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	<u>(1.858)</u>	<u>140</u>
<b>Prejuízo/lucro líquido ajustado</b>	<b>(8.336)</b>	<b>1.824</b>
Variação de ativos e passivos:		
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	(4.667)	-
Redução em títulos e valores mobiliários	11.273	2.288
Redução em outros créditos	5.763	179
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(7)	45
Redução em outras obrigações	<u>(4.001)</u>	<u>(4.325)</u>
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b><u>25</u></b>	<b><u>11</u></b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Aquisição de imobilizado de uso	<u>(10)</u>	<u>-</u>
<b>CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b><u>(10)</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>15</b>	<b>11</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE</b>	<b><u>17</u></b>	<b><u>6</u></b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE</b>	<b><u><u>32</u></u></b>	<b><u><u>17</u></u></b>
<b>INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR SOBRE O FLUXO DE CAIXA</b>		
Juros recebidos	359	571

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



**PANAMERICANO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO  
EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Em milhares de reais - R\$)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>30/06/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>30/06/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>172.163</b>	<b>169.421</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>172.163</b>	<b>169.421</b>
<b>Disponibilidades</b>		<b>26</b>	<b>54</b>	Obrigações com consorciados	30.375	27.710
Depósitos bancários		26	54	Valores a repassar	9.887	10.934
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>20</b>	<b>90.711</b>	<b>93.462</b>	Obrigações por contemplações a entregar	70.413	77.071
<b>Outros créditos</b>		<b>81.426</b>	<b>75.905</b>	Recursos a devolver a consorciados	44.353	39.981
<b>Direitos junto a consorciados contemplados</b>		<b>81.426</b>	<b>75.905</b>	Recursos dos grupos	17.135	13.725
Normais		78.510	73.227			
Em atraso		1.088	880			
Em cobrança judicial		1.828	1.798			
<b>COMPENSAÇÃO</b>		<b>1.523.998</b>	<b>898.615</b>	<b>COMPENSAÇÃO</b>	<b>1.523.998</b>	<b>898.615</b>
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		3.974	2.578	Recursos mensais a receber de consorciados	3.974	2.578
Contribuições devidas ao grupo		799.768	476.676	Obrigações do grupo por contribuições	799.768	476.676
Valor dos bens a contemplar		720.256	419.361	Bens a contemplar	720.256	419.361
<b>TOTAL DO ATIVO E COMPENSAÇÃO</b>		<b>1.696.161</b>	<b>1.068.036</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E COMPENSAÇÃO</b>	<b>1.696.161</b>	<b>1.068.036</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



**PANAMERICANO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES  
DE GRUPOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA**

**PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>1º semestre</u> <u>2016</u>	<u>2º semestre</u> <u>2015</u>
<b>DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO SEMESTRE</b>	<b>93.516</b>	<b>86.717</b>
Depósitos bancários	54	26
Aplicações financeiras	16.329	27.824
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	77.133	58.867
<b>(+) RECURSOS COLETADOS</b>	<b>42.540</b>	<b>32.026</b>
Contribuições para aquisição de bens	21.429	17.307
Taxa de administração	11.882	8.421
Contribuições ao fundo de reserva	818	502
Rendimento de aplicações financeiras	4.866	4.785
Multas e juros moratórios	162	118
Prêmios de seguro	684	744
Custas judiciais	3	3
Outros	2.696	146
<b>(-) RECURSOS UTILIZADOS</b>	<b>45.319</b>	<b>25.227</b>
Aquisição de bens	29.421	15.305
Taxa de administração	12.889	8.338
Multas e juros moratórios	89	48
Prêmios de seguro	295	810
Custas judiciais	5	1
Devolução a consorciados desligados	11	44
Outros	2.609	681
<b>DISPONIBILIDADES NO FINAL DO SEMESTRE</b>	<b>90.737</b>	<b>93.516</b>
Depósitos bancários	26	54
Aplicações financeiras	19.996	16.329
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	70.715	77.133

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

---

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. (“Administradora”) é uma empresa que tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis e imóveis. É uma empresa controlada pelo Banco PAN, tendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativo e operacional do Banco PAN. Os custos provenientes dessas utilizações são alocados, conforme praticável, por meio de rateio entre as Instituições.

### 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma a Administradora, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 – Demonstração do fluxo de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
5. CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
8. CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; e
9. CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, cujo os efeitos entraram em vigor a partir de 01/01/2016.

As demonstrações financeiras, referentes ao semestre findo em 30/06/2016, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 01/08/2016.

### 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

#### a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, os quais são utilizados pela Administradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional da Administradora.

### **b) Apuração do resultado:**

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no Exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

As receitas de taxa de administração são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento dos grupos de consórcio.

As despesas de comissão sobre as vendas de cotas de consórcio são registradas quando da comercialização dessas cotas.

### **c) Títulos e valores mobiliários:**

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

### **d) Imobilizado:**

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

### **e) Intangível:**

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear em 5 anos.

### **f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):**

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

### **g) Obrigações:**

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelos títulos e valores mobiliários em que os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas na conta "Obrigações com grupos de consórcio".

### **h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

### **i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):**

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

### j) Lucro por cota:

O lucro por cota é calculado com base nas quantidades de cotas, nas datas das demonstrações financeiras.

### k) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

### l) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos Órgãos de administração. São divididos em:

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

## 4) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Papel / lastro da operação	30/06/2016				31/12/2015	
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor contábil	Valor justo (b)	Valor contábil	Valor justo (b)
<b>Títulos disponíveis para venda</b>						
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	2.818	-	2.818	2.818	7.837	7.837
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	4.667	4.667	4.667	6.254	6.254
<b>Total</b>	<b>2.818</b>	<b>4.667</b>	<b>7.485</b>	<b>7.485</b>	<b>14.091</b>	<b>14.091</b>

(a) Referem-se a títulos pós-fixados indexados à taxa de juros dos Certificados de Depósito Interfinanceiro – CDI; e

(b) O valor de mercado é apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

## 5) OUTROS CRÉDITOS

### a) Créditos específicos:

	30/06/2016	31/12/2015
Valores pendentes de recebimento em cobrança judicial	814	1.291
Bens retomados após encerramento	72	153
<b>Total (Nota 6c)</b>	<b>886</b>	<b>1.444</b>



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

### b) Diversos:

	30/06/2016	31/12/2015
Depósitos e bloqueios judiciais	9.060	9.554
Créditos tributários (Nota 14b)	6.634	4.776
Impostos a compensar	1.238	2.732
Outros créditos	330	245
Cotas de grupos de consórcio (a)	219	219
Taxa de administração a receber	141	2.476
Outros valores a receber	-	967
<b>Total</b>	<b>17.622</b>	<b>20.969</b>

(a) Referem-se à aquisição de cotas de grupos de consórcio pela Administradora, as quais serão as últimas a serem contempladas dentro dos grupos.

## 6) OUTRAS OBRIGAÇÕES

### a) Fiscais e previdenciárias:

	30/06/2016	31/12/2015
COFINS a recolher	174	413
Impostos contribuições sobre salários	114	237
ISS – Impostos sobre serviços a recolher	44	88
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	41	17
PIS a recolher	38	89
<b>Total</b>	<b>411</b>	<b>844</b>

### b) Diversas:

	30/06/2016	31/12/2015
Provisão para passivos contingentes (Nota 7)	6.182	10.633
Provisão para pagamentos a efetuar	1.222	1.108
Outros	21	26
<b>Total</b>	<b>7.425</b>	<b>11.767</b>

### c) Obrigações com grupos de consórcio:

	30/06/2016	31/12/2015
Recursos não procurados – grupos (Nota 3g)	4.458	5.982
Recursos pendentes de recebimento em cobrança judicial (Nota 5a)	886	1.444
<b>Total</b>	<b>5.344</b>	<b>7.426</b>

## 7) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

### a) Provisões classificadas como perda provável:

A Administradora é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

### b) Processos trabalhistas:

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Esses processos são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. A provisão é constituída individualmente, de acordo com a situação do processo e o efetivo risco de perda. Os processos com decisão judicial desfavorável têm provisão associada correspondente ao valor efetivo da referida decisão, devidamente liquidados.

### c) Processos cíveis:

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

### I - Provisões segregadas por natureza:

	30/06/2016	31/12/2015
Processos cíveis	3.991	3.633
Processos trabalhistas	2.189	6.798
Processos tributários	2	202
<b>Total (Nota 6b)</b>	<b>6.182</b>	<b>10.633</b>

### II - Movimentação das provisões:

	30/06/2016			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Total
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>3.633</b>	<b>6.798</b>	<b>202</b>	<b>10.633</b>
Baixas	(990)	(605)	-	(1.595)
Reversões líquidas de constituições	1.348	(4.004)	(200)	(2.856)
<b>Saldo em 30/06/2016</b>	<b>3.991</b>	<b>2.189</b>	<b>2</b>	<b>6.182</b>

## 8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$12.388 em 30/06/2016 e 31/12/2015, e está representado por 14.077.212 cotas, no valor nominal de R\$ 0,88 cada uma.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

### b) Reserva de lucros:

Reserva legal – Nos termos do Contrato Social, a Administradora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da Administradora. Ademais, a Administradora poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

### c) Dividendos mínimos:

Aos sócios é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07.

## 9) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	1° Semestre de 2016	2° Semestre de 2015
Taxa de administração	13.050	11.377
Taxa de permanência	1.640	2.515
Taxas de serviços	98	54
<b>Total</b>	<b>14.788</b>	<b>13.946</b>

## 10) DESPESAS DE PESSOAL

	1° Semestre de 2016	2° Semestre de 2015
Honorários	907	907
Proventos	749	1.105
Encargos sociais	478	552
Benefícios	167	177
Outros	1	1
<b>Total</b>	<b>2.302</b>	<b>2.742</b>

## 11) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	1° Semestre de 2016	2° Semestre de 2015
Comissões sobre venda de consórcio	12.875	5.875
Serviço de cobrança	4.979	2.510
Call Center	231	210
Serviços técnicos especializados	209	193
Aluguéis	188	170
Processamento de dados	143	152
Eventos	-	236
Outras	676	312
<b>Total</b>	<b>19.301</b>	<b>9.658</b>



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

### 12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	1° Semestre de 2016	2° Semestre de 2015
Contribuição à COFINS	1.162	1.177
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	296	496
Contribuição ao PIS	250	253
Impostos e taxas	-	1
<b>Total</b>	<b>1.708</b>	<b>1.927</b>

### 13) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

#### a) Outras receitas operacionais:

	1° Semestre de 2016	2° Semestre de 2015
Reversão de provisões operacionais	4.204	485
Recuperação de despesas	195	410
Variação monetária ativa	140	118
Valores grupos	-	482
Outras	2	1
<b>Total</b>	<b>4.541</b>	<b>1.496</b>

#### b) Outras despesas operacionais:

	1° Semestre de 2016	2° Semestre de 2015
Constituição de provisões (Nota 7)	1.348	1.414
Provisão de campanhas-representantes	717	-
Atualização dos recursos dos grupos encerrados	318	452
Outras	31	10
<b>Total</b>	<b>2.414</b>	<b>1.876</b>

### 14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	1° Semestre de 2016	2° Semestre de 2015
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(5.503)</b>	<b>376</b>
Alíquota efetiva	34%	34%
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	1.871	(128)
<b>Efeito no cálculo dos tributos:</b>		
Ajuste de crédito tributário	-	(6)
Outros valores	(13)	(6)
<b>Receita/Despesa de imposto de renda e contribuição social do semestre</b>	<b>1.858</b>	<b>(140)</b>

**b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:**

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2016
Provisão para contingências cíveis	1.507	724	(602)	1.629
Provisão para contingências trabalhistas	2.311	103	(1670)	744
Provisão para contingências tributárias	69	-	(68)	1
Outras provisões	3	259	(3)	259
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>3.890</b>	<b>1.086</b>	<b>(2.343)</b>	<b>2.633</b>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	886	3.115	-	4.001
<b>Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas</b>	<b>4.776</b>	<b>4.201</b>	<b>(2.343)</b>	<b>6.634</b>

**c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias:**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir:

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
2016	1.013	2.106	-	-	1.013	2.106
2017	1.602	1.511	314	595	1.916	2.106
2018	17	207	885	291	902	498
2019	-	65	890	-	890	65
2020	1	1	765	-	766	1
2021	-	-	629	-	629	-
2022	-	-	518	-	518	-
<b>Total</b>	<b>2.633</b>	<b>3.890</b>	<b>4.001</b>	<b>886</b>	<b>6.634</b>	<b>4.776</b>

Em 30/06/2016, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$ 4.478 (R\$ 3.757 em 31/12/2015).

**15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

### a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Grau de relação	Prazo máximo	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
			30/06/2016	31/12/2015	1º Semestre de 2016	2º Semestre de 2015
<b>Disponibilidades</b>						
Banco Pan S.A.	Controlador direto	Sem prazo	25	8	-	-
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>						
Banco Pan S.A.	Controlador direto	01/09/2020	4.667	-	364	-
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>						
Banco Pan S.A.	Controlador direto	13/06/2019	2.818	14.091	529	1.028
<b>Outras Obrigações</b>						
Banco Pan S.A.	Controlador direto	Sem prazo	(2)	(1)	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	Coligada	Sem prazo	(23)	(35)	(142)	(146)
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Coligada	Sem prazo	(18)	(26)	(183)	(184)
<b>Despesas com Pessoal</b>						
Pan Seguros S.A.	Coligada	-	-	-	(2)	(2)

### b) Remuneração dos Administradores:

Na Assembleia Geral Ordinária de 22/03/2016 foi definido o valor máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2016 no montante de R\$ 3.660 (R\$ 4.270 em 31/12/2015).

### 16) LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

Ao longo de 2013 e 2014, o Banco Central divulgou um conjunto de resoluções e circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) ao sistema bancário mundial no que tange os requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aquelas referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações.

O Conglomerado Prudencial PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a circular nº 3.644/13 para o risco de crédito, as circulares nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a circular nº 3.640/13 para o risco operacional.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

---

A Panamericano Administradora de Consórcio Ltda., como parte integrante do Conglomerado Prudencial PAN, tem seus limites operacionais calculados de forma consolidada com os de seu controlador, o Banco PAN. Em 30/06/2016 o Conglomerado Prudencial PAN apresentou o Índice de Basileia de 13,96%.

### 17) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 04/05/2015, a PREVIC aprovou a retirada de patrocínio da Administradora no Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, devido ao fato da Administradora não fazer mais parte do mesmo grupo econômico das empresas que compõem o Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, e também por não fazer parte da política/plano de benefícios adotado pela Administradora.

Em linha com as melhores práticas de mercado, a Administradora oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no semestre findo em 30/06/2016 R\$ 127 (R\$ 141 em 31/12/2015).

### 18) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Em 30/06/2016 o imobilizado refere-se a instalações, com prazo de depreciação de 10 anos.
- b) O intangível refere-se a gastos com desenvolvimento logiciais, com prazo de amortização de 5 anos.

### 19) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

#### a) Aplicações financeiras:

As aplicações financeiras são recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, aplicadas seguindo as determinações do BACEN.

#### b) Rendimentos de aplicações financeiras:

Os rendimentos financeiros são apropriados mensalmente e proporcionalmente aos respectivos saldos diários de aplicações financeiras dos grupos de consórcio, sendo contabilizados na rubrica "Aplicações financeiras" em contrapartida às contas de "Obrigações por contemplações a entregar" e "Recursos dos grupos", no passivo.

#### c) Direitos junto a consorciados contemplados:

Os direitos perante os consorciados contemplados representam os valores a receber dos consorciados contemplados, correspondentes ao fundo comum.

#### d) Obrigações com consorciados:

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens, e o fundo comum, a taxa de administração, o fundo de reserva e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação, acrescidos de rendimentos financeiros.

#### e) Valores a repassar:



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

---

Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados de taxa de administração, prêmios de seguros, multa e juros moratórios e outros.

**f) Recursos a devolver a consorciados:**

Os recursos a devolver a consorciados referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem.

**g) Previsão mensal de recursos a receber:**

A conta de compensação “Previsão mensal de recursos a receber de consorciados” representa o valor das contribuições a receber (fundo comum) dos consorciados ativos.

**h) Contribuições devidas ao grupo:**

A conta de compensação “Contribuições devidas ao grupo” representa a previsão de recebimento do fundo comum e fundo de reserva até o término dos grupos, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

**i) Valor dos bens a contemplar:**

A conta de compensação “Valor dos bens a contemplar” representa o valor total dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

**j) Recursos coletados:**

Os recursos coletados representam, principalmente, o total recebido dos consorciados para aquisição do bem (fundo comum), a remuneração da Administradora (taxa de administração) e os rendimentos financeiros auferidos sobre os recursos aplicados. A taxa de administração é calculada mensalmente de acordo com os percentuais estabelecidos nos respectivos contratos de consórcio, que geralmente são maiores no início do contrato com o objetivo de cobrir custos de comissões sobre venda de consórcio. Considerando esse aspecto, a taxa de administração média sobre as contribuições recebidas foi de 20,5% (21,0% em 2015).

**k) Recursos utilizados:**

Os recursos utilizados representam, principalmente, o montante aplicado na aquisição de bens, no pagamento da taxa de administração, nas despesas de seguros e nas devoluções a consorciados desligados.

**I) Informações complementares sobre os grupos em andamento:**

	Quantidade	
	30/06/2016	31/12/2015
Grupos administrados	27	25
Consorticiados ativos	5.396	5.385
Grupos constituídos no semestre	2	2
Grupos encerrados no semestre	-	-
Consorticiados contemplados	2.677	2.434
Consorticiados desistentes e excluídos – total	39.525	36.849
Consorticiados desistentes e excluídos no semestre	2.873	2.499
Consorticiados inadimplentes	1.007	985
Bens entregues no semestre	258	197
Bens pendentes de entrega – total	651	663
Bens pendentes de entrega no semestre	190	84
Taxa média de inadimplência dos consorticiados (a)	18,7%	18,3%

(a) Quantidade de consorticiados inadimplentes/consorticiados ativos.

**20) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – GRUPOS DE CONSÓRCIO**

	30/06/2016		31/12/2015
	De 3 a 5 anos	Total	Total
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	90.711	90.711	93.462
<b>Total</b>	<b>90.711</b>	<b>90.711</b>	<b>93.462</b>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

---

São Paulo, 01 de agosto de 2016

**DIRETORIA**

José Luiz Acar Pedro

José Luiz Trevisan Ribeiro

Leandro de Azambuja Micotti

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

Eduardo Almeida Prado

Alex Sander Moreira Gonçalves

**CONTADOR**

Gregório Moreira Franco

CRC 1SP219426/O-2

# **Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.**

**Relatório dos auditores independentes  
sobre as demonstrações financeiras  
30 de junho de 2016**

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Sócios  
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.

### **Introdução**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2016 e a demonstração das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo nessa mesma data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2015 e as variações nas disponibilidades de grupo de consórcio para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 5 de agosto de 2016

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva  
Contador CRC 1SP197007/O-2